

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.074 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2000

## ACM ELOGIA ACORDO PARA APROVAR O ORÇAMENTO 2000 E DIZ QUE VAI LUTAR POR MÍNIMO DE R\$ 177



Depois de elogiar o acordo promovido entre os partidos para aprovar, na madrugada de ontem, o Orçamento 2000 no Congresso Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães anunciou que vai apoiar a emenda que eleva para R\$ 177 o valor do salário mínimo, durante a votação da medida provisória, marcada para o próximo dia 26. Ele ressaltou que essa posição não será unânime dentro do seu partido, o PFL.

PÁGINA 2

ACM participou de encontro no Auditório Nereu Ramos, na Câmara, com lideranças indígenas que vieram fazer reivindicações ao governo federal e ao Congresso

## Suassuna vê Brasil com imagem mais positiva no exterior

O senador Ney Suassuna, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, disse ter encontrado um clima de confiança da comunidade internacional em relação ao Brasil, durante encontro do BID realizado nos Estados Unidos. Ele destacou que o pagamento antecipado do empréstimo do FMI aumentou a credibilidade no país.

PÁGINA 10

## AGÊNCIAS SÃO CHAMADAS A EXPLICAR DEVOLUÇÃO DE ÁGIO DE PRIVATIZAÇÕES

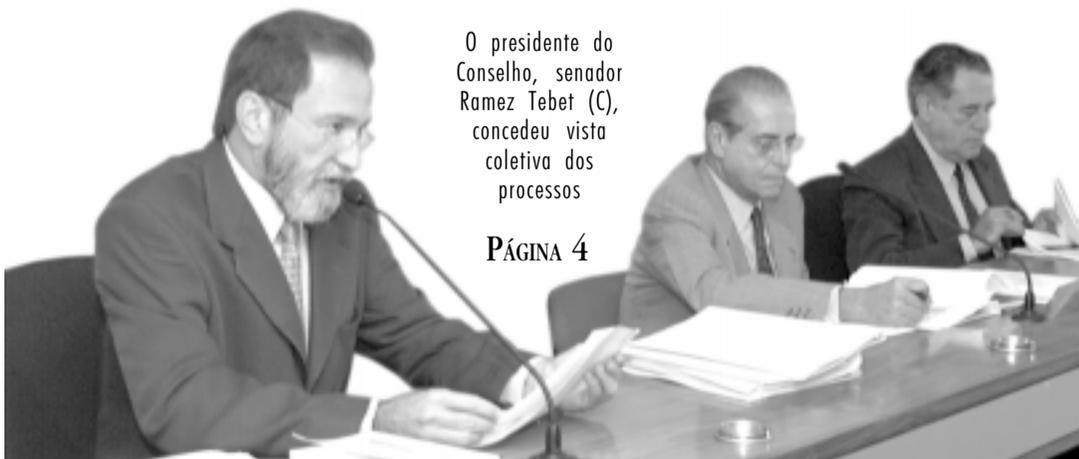
Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vai convidar diretores de agências reguladoras a esclarecer informações sobre intenção do governo de devolver ao setor privado ágios registrados nos leilões de privatizações.

PÁGINA 3

# CI aprova fundo que financiará telefonia em comunidades pobres

Com o Fust, empresas de telecomunicações terão condições de atender às populações que não proporcionam lucro imediato, como as que moram em regiões isoladas, no meio rural e nas periferias das grandes cidades

## Relatores propõem que Conselho de Ética arquive denúncias contra senadores



O presidente do Conselho, senador Ramez Tebet (C), concedeu vista coletiva dos processos

PÁGINA 4

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem substitutivo a projeto de lei que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O fundo, cuja criação ainda depende de deliberação do Plenário do Senado, será constituído, basicamente, pela contribuição de 1% da receita operacional bruta das empresas de telecomunicações e se destina ao financiamento da telefonia nas comunidades pobres, isoladas ou da zona rural.

PÁGINA 3

# ACM aplaude acordo que permitiu votar Orçamento

Presidente do Senado reafirma apoio a mínimo de R\$ 177 e garante que reedição de MP não será problema para apreciação da matéria

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse estar "muito satisfeito" com o acordo fechado entre as lideranças partidárias, a direção do Congresso e a Presidência da República, que permitiu votar e aprovar o Orçamento da União para 2000 na madrugada de ontem e agendou para o próximo dia 26 a votação da medida provisória que

fixa o salário mínimo em R\$ 151.

Antonio Carlos revelou que "sem acordo não haveria votação do Orçamento" (na sessão do Congresso Nacional). Ele reafirmou seu apoio à emenda que propõe o reajuste do mínimo para R\$ 177, mas não garantiu que essa posição será unânime no seu partido, o PFL, apesar da diretriz partidária

aprovaada nesse sentido.

A questão da reedição da medida provisória do mínimo, poucos dias antes da data ajustada para sua votação, não deverá ser problema para a apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso, acrescentou Antonio Carlos. Um acordo deverá contornar as dificuldades regimentais.

## Índios ouvem promessa de apoio à sua luta

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) participou ontem de encontro promovido por lideranças indígenas brasileiras com representantes do Congresso Nacional, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. O senador pediu "compreensão e diálogo" às comunidades indígenas, para que seja possível encontrar solução para seus problemas. E colocou-se à disposição para colaborar, como porta-voz das reivindicações que considera "justas".

Antonio Carlos ouviu dois pronunciamentos de líderes indígenas com críticas à política indigenista governamental e reivindicações, notadamente de demarcação de terras e expulsão de brancos dos territórios requeridos pelos índios. O senador pediu a palavra para destacar a importância de brancos e índios comemorarem juntos e em harmonia os 500 anos do descobrimento do país.

O presidente do Senado apontou o Congresso Nacional como instituição que pode contribuir muito para a solução dos problemas das comunidades indígenas. "Gestos impulsivos não vão resolver", acrescentou, após recomendar aos líderes que "confiem no Senado".

O ministro Waldeck Ornélas e o senador Antonio Carlos Magalhães abrem a exposição sobre os 500 anos



## Exposição mostra a evolução do Brasil nos 500 anos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, abriu na manhã ontem, ao lado do ministro Waldeck Ornélas, da Previdência Social, a exposição organizada pelo governo da Bahia mostrando "500 Anos do Brasil sob a Ótica da Cartografia". A mostra, um passeio pela história do país, por meio de mapas antigos e recentes, reproduzidos em 44 painéis, ficará na Senado Galeria (corredor de acesso ao Anexo I) até o próximo dia 28.

A forma como a exposição foi organizada, do geral para o particular — o mundo, a América do Sul, o Brasil, a Bahia e Salvador —, permite comparar os mapas e a evolução das formas de representação. Um painel com mapas datados de 1519 a 1996, retratando o Brasil na ótica dos cartógrafos, dos navegadores e

aventureiros do passado, complementa a mostra.

Inicialmente elaborados de forma artesanal, os mapas evoluem ao longo da exposição para trabalhos digitais de alta precisão. As lendas que povoam o imaginário popular são destaque no mapa intitulado "América Austral", datado de 1600. Os castelos que aparecem no mapa intitulado "América Meridional" sinalizam para uma compilação com base em relatos de navegadores.

Ao comentar a exposição, o senador Antonio Carlos Magalhães destacou a qualidade do trabalho apresentado e sua oportunidade. Ele observou que os mapas mostram claramente a evolução do país e da Bahia em particular, prevendo que, se novo trabalho for feito em 10 ou 15 anos, "a situação retratada será completamente diferente".



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2000

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

Segunda-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 6/2000, que dispõe sobre a reestruturação dos tribunais federais das cinco regiões; PLC nº 7/2000, que dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; PR nº 26/2000, que autoriza

a Prefeitura Municipal de Santos (SP) a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (Pnafm), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$ 12 milhões, a preços de 31 de julho de 1999, destinados a projetos de modernização administrativa; primeiro dia de discussão da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDLs nº 17/98, que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre os governos do Brasil e Argentina; nº 150/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Piatã de Salvador para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador (BA); nº 154/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupã para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã (SP); e PLC nº 40/98, que dispõe sobre a autorização para utilização do instituto da consignação nas operações de compra e venda de veículos automotores usados realizadas por pessoas jurídicas cujo objeto social é a compra e venda de veículos e dispõe sobre os direitos do consumidor nestas operações.

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora de Expediente: será dedicado a homenagear o aniversário do jornal *Gazeta Mercantil*. Pauta: segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDLs nº 163/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Dois Vizinhos para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos (PR); nº 165/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Bragança Paulista para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança Paulista (SP); votação secreta do Parecer nº 286/2000, que submete à deliberação do Senado a apreciação do nome de Luiz Milton Velloso Costa, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS); e discussão em turno único da redação final do PLS nº 684/99, que altera o art. 12 da Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional.

Quarta-feira

10h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; emendas nºs 2 a 5, de Plenário, à PEC nº 67/99 (tramita em conjunto com a PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PEC nº 9/2000, que altera a alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (dispõe sobre nacionalidade brasileira); emenda nº 1, de Plenário, à PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal; emenda nº 1, de Plenário, ao PLS nº 207/95, altera dispositivo de Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal; e emenda nº 1, de Plenário, ao PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

## Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CI aprova criação do Fundo de Telecomunicações

Senador Roberto Saturnino deu parecer favorável à matéria, considerando “inquestionáveis” a dimensão e a importância da proposta para obrigar as empresas a atender as populações que não representam lucro financeiro imediato

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aprovou ontem substitutivo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ao projeto de lei que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A matéria vai agora a exame do Plenário e, se aprovada, voltará à Câmara dos Deputados, por ter sido alterada no Senado.

O fundo – que já estava previsto pela Lei Geral de Telecomunicações – servirá para cumprir parte da política de democratização dos serviços telefônicos e será constituído, basicamente, pela contribuição de 1% da receita operacional bruta das empresas de telecomunicações. A idéia, esclareceu Saturnino, é obrigar as empresas a atender às populações que não representam lucro financeiro imediato, como as comunidades de regiões isoladas, do meio rural e das periferias pobres das

grandes cidades.

– São inquestionáveis a dimensão e a importância desse fundo, que vai fazer com que as empresas privadas continuem a prestar os serviços antes executados pelas estatais – afirmou o senador.

Ele explicou que a principal modificação de seu substitutivo consistiu em delegar a gestão do Fust à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). No texto original a atribuição caberia ao Ministério das Comunicações. A Anatel vai definir os programas e fiscalizar a arrecadação e a implementação dos projetos financiados pelo fundo.

– A agência está mais preparada para cumprir esse papel, pois tem contato direto com as empresas – argumentou Saturnino.

De acordo com a proposta, as prestadoras estão proibidas de elevar tarifas e preços por conta das contribuições ao fundo.

## FUST: O QUE É E PARA QUE SERVE

**O FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (FUST) SERÁ CRIADO PARA AUXILIAR O FINANCIAMENTO DA INSTALAÇÃO DE TELEFONES E DE OUTROS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA AS COMUNIDADES DISTANTES OU MAIS POBRES**

**Beneficiados:** Localidades com menos de cem habitantes, do meio rural, áreas de fronteira, das periferias das grandes cidades, bibliotecas, escolas e instituições de saúde

**Gerência:** Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

**Depósitos:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

**Constituição:** Pela contribuição de 1% da receita operacional bruta mensal das prestadoras de serviços, doações, dotações do Orçamento federal e por valores provenientes de multas impostas às empresas

**Restrições:**

- Proibição de elevar as tarifas sob a justificativa do pagamento do Fust.
- Obrigação de informar nas contas dos usuários os valores de contribuição

**Detalhes:** Pelo menos 30% do Fust serão aplicados nas áreas abrangidas pela Sudam e pela Sudene. Também estarão reservados 18% do fundo para aplicação em estabelecimentos públicos de ensino

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou, na reunião de ontem, o parecer de Saturnino



## Agências reguladoras terão que explicar devolução de ágio das privatizações

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, requerimento da senadora Emilia Fernandes que pede a convocação dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Tesouro Nacional para prestar informações sobre a intenção do governo de devolver ao setor privado os ágios registrados nos leilões de privatizações.

A senadora, que se baseou em reportagem publicada no início do mês para fazer o requerimento, afirmou que a população tem direito de conhecer “a dimensão e as reais conseqüências do processo de pri-

vatização do patrimônio nacional”. Devem comparecer à audiência o presidente da Anatel, Renato Guerreiro; o diretor-geral da Aneel, José Mário Abdo; o diretor do Tesouro Nacional, Fábio Oliveira Barbosa, e o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), José Luiz Osório de Almeida Filho.

Com intenção similar, Emilia Fernandes teve aprovado outro requerimento para que sejam convidados a coordenadora do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Flávia Lefevre, os dirigentes das agências reguladoras – Aneel e Anatel – e ainda representante do órgão nacional de Defesa do Consumidor vinculado ao

Ministério da Justiça para a realização de audiência pública na comissão. A senadora pretende fazer uma avaliação dos resultados econômicos e da qualidade dos serviços alcançados com o processo de privatização dos setores elétrico, de telecomunicações e de saneamento básico.

A comissão também aprovou requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que solicita a presença do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para informar sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

## Subcomissão elabora documento sobre efeitos de desastre ambiental

O senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), vice-presidente da subcomissão encarregada de investigar as conseqüências do vazamento de óleo da Petrobras ocorrido em janeiro, na baía de Guanabara, informou que os senadores vão se reunir na próxima segunda-feira para elaborar um relato conclusivo sobre a viagem que fizeram ao local do acidente, em Duque de Caxias (RJ).

Lessa, que participou de reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realizada ontem, explicou que, além da visita ao Rio, os senadores estiveram em Vitória (ES) para verificar denúncias do senador Gerson Camata (PMDB-ES) de que a Companhia Vale do Rio Doce estaria provocando poluição.

O presidente da subcomissão, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), comunicou que logo após a elaboração desse relato os senadores irão ouvir, em audiência pública, as autoridades ligadas ao problema.

A presidente da CI, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aproveitou para informar que o



Lessa anuncia reunião para preparar relatório sobre o vazamento de óleo

seminário sobre a utilização dos recursos hídricos, promovido recentemente pela comissão, obteve grande sucesso, com a participação de mais de 500 pessoas, 170 entidades, diversos estudantes e representantes dos estados brasileiros. “Os frutos do seminário começam a ser colhidos, pois fomos informados de que os estados e algumas escolas do interior já pensam em realizar seminários semelhantes”, comunicou.

# Relatores pedem arquivamento de processos

Osmar Dias sugere ao Conselho de Ética que rejeite denúncias feitas por advogado contra Antonio Carlos Magalhães. E Suassuna considera improcedentes representações contra Teotônio e Geraldo Lessa

O senador Osmar Dias (PSDB-PR), relator de duas denúncias contra o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado (CEDP), pediu o arquivamento dos dois processos. Um deles é referente ao fax enviado por Antonio Carlos ao jornalista da revista *IstoÉ*, Tales Faria. O outro trata das denúncias da ex-primeira-dama de São Paulo Nicéa Pitta. O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu vista coletiva dos relatórios pelo prazo de cinco dias.

Osmar Dias argumentou que a acusação do advogado Abílio Teixeira Filho, de que Antonio Carlos teria usado o erário em benefício próprio ao enviar fax a Tales Faria, em papel timbrado da Presidência do Senado, constitui "exagero não aceitável" e não se trata de abuso de prerrogativa assegurada aos parlamentares.

A correspondência de Antonio Carlos, remetida ao jornalista em protesto contra a divulgação de suposto episódio que envolveu seu nome e de sua família, foi publicada na capa da revista em dezembro de 1999. Para o advogado, o presidente do Senado usou papel oficial para "desacatar,



Osmar Dias (E) não considerou pertinentes as denúncias formuladas por um advogado e um deputado fluminense contra o presidente do Senado

ofender, humilhar e intimidar" o jornalista:

— Se o denunciado utilizou papel timbrado para redigir a correspondência em questão, foi porque o jornalista investira contra sua atuação política. O jornalista foi prestigiado com reportagem de capa e não se tem notícia de que tenha sofrido coação. Quem tornou pública a carta foi o próprio jornalista e o fez porque quis — afirmou o relator.

Quando à denúncia encaminhada ao Senado pelo deputado estadual Paulo Ramos, do Rio de Janeiro, que pede a apuração das denúncias de Nicéa Pitta contra o presidente do Senado, Osmar Dias interpretou que o denunciante não apontou os preceitos do Código de

Ética que teriam sido violados. Assim, a representação não se caracteriza como denúncia, mas apenas como um pedido de investigação. Além disso, o relator afirmou que tanto Nicéa quanto os demais envolvidos negaram, posteriormente, as acusações.

Relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu o arquivamento de nova denúncia do advogado Abílio Teixeira Filho, desta vez contra os senadores do PSDB alagoano Teotônio Vilela Filho e Geraldo Lessa, dirigentes da Fundação Teotônio Vilela, acusados de suposto desvio de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para Suassuna, a denúncia se apoiou em "matéria jornalística especulativa".

## Relator de dossiês será escolhido na quarta

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), convocou reunião para a próxima quarta-feira, às 9h, destinada a indicar o relator que irá analisar os dossiês com as denúncias apresentadas pelos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que se acusam mutuamente de supostas práticas de irregularidades.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu que a análise dos dossiês seja desvinculada de possíveis aplicações de penalidades, pelo fato de os dois senadores terem trocado "ofensas morais" e "expressões atentatórias ao decoro parlamentar". Péres leu o artigo 9º do Código de Ética, determinando que essas infrações devem ser

repreendidas por meio de advertência escrita:

— A troca de insultos não precisa de apuração. Fomos testemunhas visuais e auditivas. Foi um fato lamentável que deixou deprimidos a todos. Tenho grande estima pelos dois, de quem só recebi gentilezas. É doloroso fazer isso, mas o faço em dever do mandato — afirmou Jefferson, que acredita bastar uma decisão do conselho para que a pena seja aplicada.

No mesmo sentido, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que, em casos como esse, o conselho pode agir de ofício, sem que seja necessária provocação. Porém, Lando pediu que sejam definidas, de maneira clara, as regras seguidas pelo conselho, para evitar que as decisões venham a ser questiona-

das no futuro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que irá apelar ao primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), para que os dossiês levantados por Jader e Antonio Carlos cheguem ao conselho no menor prazo possível. Só assim, disse, todas as dúvidas podem ser dirimidas, o que preservará a instituição do Senado.

Como membro da Mesa, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) negou que esteja havendo protelação no envio dos documentos ao Conselho de Ética. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a atuação de Tebet. O presidente do conselho esclareceu que deve observar o sigilo e a discrição inerentes à função, como estabelece o Código de Ética.

## Documentos completos já chegaram ao conselho

Os documentos contendo as denúncias formuladas pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) já foram enviados pela Secretaria Geral da Mesa ao Conselho de Ética do Senado.

A afirmação foi feita ontem de manhã pelo senador Geraldo Melo (PSDB-

RN), garantindo que até o final do dia a documentação completa relacionada ao caso estaria no conselho:

— Na terça-feira, foi determinado que a Secretaria-Geral da Mesa deveria enviar as cópias dos discursos e anexos para o Conselho de Ética e para o Ministério Público. Na quarta-feira

a secretaria recebeu um expediente do senador Jader Barbalho com mais informações. Foram providenciadas cópias desse expediente e a anexação dessas cópias aos demais documentos e isso levou à demora no envio da documentação. O trabalho de cópia era extenso — disse.

## Plenário aprova renovação das concessões de três emissoras de rádio

O Senado Federal autorizou ontem a continuidade na transmissão em ondas médias de três emissoras de rádio. Os decretos legislativos que permitiram a renovação das concessões obtiveram antes pareceres favoráveis da Comissão de Educação (CE).

Foi renovada a concessão para a Rádio Sociedade operar na cidade de Sobradinho (RS). O relator da matéria na CE foi o senador José Fogaça (PMDB-RS). Já o relator, na CE, do parecer favorável que resultou na renovação da concessão para a Rádio Iracema operar em Cunha Porã (SC), foi o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Por fim, o Plenário aprovou — sempre com abstenção dos

integrantes do Partido dos Trabalhadores, em protesto contra a não criação do Conselho Nacional de Comunicações previsto na Constituição — a renovação da concessão para Rádio Cultura de Bariri (SP). O parecer favorável na CE foi do senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

### HOMENAGEM

O Plenário aprovou ainda ontem requerimento solicitando que a Hora do Expediente da sessão de 25 deste mês seja dedicada à memória do deputado Luís Eduardo Magalhães e do ministro Sérgio Motta, falecidos há dois anos. O requerimento foi apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2000

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 1999 (nº 554/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Sobradinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sobradinho, estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 710/99-CE, relator: senador José Fogaça, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1999 (nº 728/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Iracema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cunha Porã, estado de Santa Catarina. Parecer nº 711/99-CE, relator: senador Geraldo Althoff, favorável, com abstenções do senador Pedro Simon e da senadora Marina Silva.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 1999 (nº 729/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Bariri Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média cidade de Bariri, estado de São Paulo. Parecer nº 712/99-CE, relator: senador Gilvam Borges, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

4

Requerimento nº 136, de 2000 (senador Roberto Saturnino). Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Resolução nºs 18 e 8, de 2000, por regularem a mesma matéria.

**Resultado:** Aprovado. Os projetos de Resolução nºs 8 e 18, de 2000, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CAE.

5

Requerimento nº 143, de 2000 (senador Lúcio Alcântara). Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 545, 665 e 681, de 1999, por regularem a mesma matéria.

**Resultado:** Aprovado. Os projetos passam a tramitar em conjunto, deixando, portanto, os projetos de Lei do Senado nºs 545 e 665, de 1999, de terem caráter terminativo. As matérias vão ao exame da CCI e, posteriormente, da CAE.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa



Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

## CARTAS

Endereço:  
Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006  
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 — A Voz do Cidadão

## “Precisão e agilidade” na cobertura da aprovação do Orçamento de 2000

Caro Fernando Cesar Mesquita,

Gostaria de cumprimentar essa Secretaria e, de modo particular, os editores do *Jornal do Senado* pela atualíssima cobertura na edição de hoje (dia 13.4), revelando os detalhes da votação e aprovação do Orçamento Geral da União para 2000, ausente em toda a mídia impressa porque o fato ocorreu no início desta madrugada.

Parabéns pelo trabalho. Jornalismo é isso: precisão e agilidade.

Cordialmente,

Ana Amélia Lemos  
(Diretora da RBS em Brasília)

### Escândalos

Quero registrar meu agradecimento público por estar recebendo regularmente o *Jornal do Senado*. No Paraná, ficamos à margem do que acontece no Senado Federal. Por isso mesmo, é fundamental que o *Jornal do Senado* exista.

Temos três senadores fortes, representativos e atuantes. O povo paranaense apóia em 100% a atuação de nossos representantes.

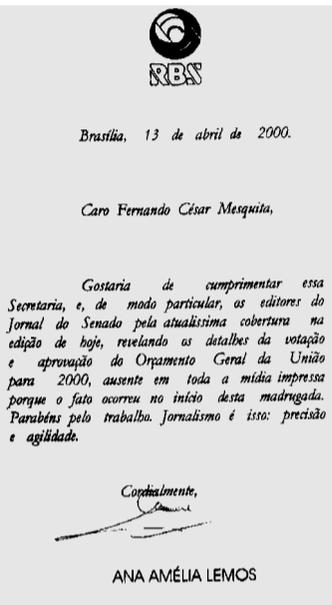
Entretanto, lamentamos profundamente os escândalos sucessivos envolvendo quase todo o aparelho da segurança pública paranaense. Pedimos que os nossos três senadores façam veementes protestos em favor da moralidade pública no Paraná. Estou iniciando a coleção do *Jornal do Senado*, e, se possível, gostaria de receber uma coleção completa, com todos os exemplares publicados.

Luís Carlos dos Santos. Toledo — PR

### Publicações da Casa

Sou leitor do *Jornal do Senado* desde agosto do ano passado e só tenho elogios a fazer a esse periódico. Quem dera que todos os brasileiros tivessem contato com esse jornal. Gostaria, agora, de fazer uma sugestão. Por que o *Jornal do Senado* não publica, periodicamente, uma lista com os nomes das principais obras editadas pela Casa e orientação sobre como adquiri-las? Essas informações iriam ajudar os leitores a ter um maior contato com as obras assinadas pelos senadores.

Antônio Seixas. Magé — RJ



### Futuros estudos

Através desta, venho, respeitosamente, solicitar da direção do órgão de comunicação social do Senado o recebimento do *Jornal do Senado*. Sou estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e desejo acompanhar as ações dessa conceituada Casa para futuros estudos.

Severino Costa Simão  
Campina Grande — PB

### Pedido de assinatura

Escrevo-lhes para dar parabéns pelo ótimo trabalho de vocês do *Jornal do Senado*. Gostaria de obter as informações necessárias sobre como poderei receber o referido jornal. Sou estudante do 5º ano do curso de Direito e a leitura diária do *Jornal do Senado* seria muito útil para mim.

Priscila de Paula Silva  
Barra Mansa — RJ

### Útil para a comunidade

Parabenizamos a equipe que faz o *Jornal do Senado*, de grande utilidade para a nossa comunidade. Gostaríamos de receber os números do referido jornal, a partir de janeiro do corrente ano. Sendo o que se nos apresenta para o momento, apresentamos, com estima, os nossos antecipados agradecimentos.

Ney Dantas de Feitosa  
Belém — PA



O Plenário autorizou ainda a contratação de empréstimos externos destinados às universidades e seus hospitais

# Senadores aprovam novos critérios para gestão pública

Regras para pagar precatórios, normas para demissão de servidores e Orçamento também estão entre as matérias votadas nesta semana

As sessões plenárias do Senado nesta semana foram marcadas pela aprovação do projeto que exige dos governantes responsabilidade fiscal e do que regulamenta a demissão do servidor público por insuficiência de desempenho, assim como da emenda constitucional que estabelece novas regras para o pagamento de precatórios, esta votada em segundo turno. Também foram acolhidos dois projetos de resolução permitindo a contratação de empréstimos com o banco alemão KfW.

O Plenário aprovou projeto do Executivo, encaminhado à sanção presidencial, instituindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela cria um novo regime disciplinar, destinado a controlar o endividamento e a despesa, além de coibir e corrigir desvios na administração pública. Pela lei, os limites e metas fixados pela gestão pública deverão ser fielmente retratados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária anual.

O projeto que regulamenta a demissão de servidor público por insuficiência de desempenho voltará à Câmara por ter sido alterado pelos senadores. Conforme o projeto, o funcionário deverá submeter-se anualmente a uma avaliação de desempenho, que vai apurar procedimento e conduta nas atribuições do cargo, produtividade no trabalho, assiduidade, pontualidade e disciplina.

Em segundo turno, os senadores aprovaram proposta de emenda constitucional permitindo o parcelamento em até dez anos do

pagamento de precatórios — as somas devidas pelo poder público em decorrência de sentenças judiciais. As novas regras ainda serão submetidas ao voto dos deputados. O parcelamento aplica-se aos processos instaurados até 31 de dezembro de 1999.

Também foram aprovadas duas resoluções autorizando o governo brasileiro a contratar um total de 7,7 milhões de euros, em empréstimos junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW. O dinheiro será utilizado para modernizar a infra-estrutura das instituições federais de ensino superior e os hospitais universitários. Foram também renovadas as concessões outorgadas a nove emissoras de rádio.

O Senado devolveu ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que amplia o número de organismos da sociedade com acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). E resolveu adiar para 25 de maio a votação do projeto oriundo da CPI do Judiciário que define os crimes de responsabilidade cometidos pelos magistrados.

### COMISSÕES

A Comissão de Serviços de Infra-estrutura aprovou substitutivo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) a projeto que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O fundo faz parte da política de democratização dos serviços telefônicos e será constituído, basicamente, pela contribuição de 1% da re-

ceita operacional bruta das empresas de telecomunicações.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) determinando que somente os casais que mantiverem uniões estáveis poderão se beneficiar das técnicas de reprodução assistida.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que substitui o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no cálculo da atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais com a União.

Também aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) permitindo que os processos penais relativos a crimes contra a ordem tributária sejam desvinculados dos processos administrativos de cobrança de débitos com o fisco.

### ORÇAMENTO

Ainda nesta semana, o Congresso Nacional aprovou o Orçamento da União para o ano 2000, aumentando em 83,4% os investimentos que o Executivo pretendia realizar este ano. O Legislativo discordou da proposta governamental de investir R\$ 6,8 bilhões este ano e acrescentou outros R\$ 5,7 bilhões para obras de infra-estrutura e programas de saúde, agricultura e educação.

# Patrocínio: bancos devem garantir segurança contra clonagem de cartões

Senador exige providências imediatas do Banco Central junto às instituições financeiras, afirmando que fraudes já permitem o saque de dinheiro diretamente das contas das vítimas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) exigiu providências imediatas do Banco Central para que a rede bancária adote medidas de garantia plena do funcionamento dos seus sistemas de segurança e evite o acesso às informações de caráter secreto e pessoal dos clientes através da clonagem de cartões magnéticos. Segundo o senador, os métodos de clonagem, que se limitavam aos cartões, estão sendo empregados para permitir o saque de dinheiro diretamente das contas das vítimas.

Patrocínio revelou que, em apenas uma delegacia de um bairro da cidade de São Paulo, seis pessoas foram detidas portando 35



Carlos Patrocínio citou casos ocorridos em São Paulo para mostrar que a clonagem está se tornando cada vez mais comum

cartões clonados de contas bancárias e elevada importância em dinheiro, comprovadamente retirado de caixas eletrônicos. “De

forma curiosa, esses cartões não continham a identificação dos clientes, mas apenas a tarja magnética e uma fita adesiva indicando os números da conta corrente e da senha”, explicou.

— Para o Departamento de Investigação sobre Crimes Patrimoniais (Depatri), segundo o depoimento de um dos seus delegados, as investigações têm demonstrado que, nas ocorrências de crime de estelionato (como se configura a utilização de cartões bancários falsificados), foi em alguns casos levantada a sus-

peita de participação de funcionários dos próprios estabelecimentos bancários, que estariam divulgando para as quadrilhas os números de senhas e outras informações sigilosas a respeito de seus correntistas — assinalou o senador.

Para a Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil, continuou Carlos Patrocínio, o banco fornecedor do cartão e da conta corrente tem que responder pelos serviços que não garantem segurança ao usuário, que, tendo saques indevidos em sua conta, deve pedir o reembolso da quantia pelo banco, ou recorrer à Justiça para obter a devolução.



Ernandes Amorim apontou contradição entre pesquisas para justificar seu pedido

## CPI das pesquisas eleitorais deve ser reinstalada, diz Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) solicitou ontem à Mesa do Senado que tome as providências necessárias para reinstalar os trabalhos da CPI dos Institutos de Pesquisa e pediu aos líderes partidários que designem os parlamentares que a integrarão.

As eleições municipais deste ano por si só justificariam a reativação da CPI, na opinião do senador, uma vez que as pesquisas eleitorais têm sido utilizadas “para prejudicar alguns candidatos e beneficiar outros”.

O senador disse ter razões para buscar explicações sobre os resultados obtidos pelos institutos de pesquisa. Ele referiu-se particularmente a duas pesquisas recentes. Uma, elaborada pelo Brasmart para a revista *IstoÉ*, informa que o atual prefeito de Ariquemes (RO), cidade do senador, não se reelegeria, e que “a pesquisa identificou a liderança de Ernandes Amorim”. A outra, feita pelo instituto Marca Prévia, colocou o senador em terceiro lugar na disputa pela prefeitura de Ariquemes. No ano passado, informou Amorim, a Marca Prévia realizou pesquisa para a Brasmart.

— Quero convidar os diretores dos dois institutos à CPI, para que expliquem a discrepância de resultados — disse.

Na presidência dos trabalhos, Ademir Andrade (PSB-PA) reconheceu que a CPI dos Institutos de Pesquisa, após ter sido criada, encerrou os trabalhos devido à mudança de legislatura, e que há na Mesa requerimento solicitando sua reinstalação. Ele assegurou que encaminhará as notas taquigráficas do pronunciamento de Amorim ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que tome as providências cabíveis.

## Comissão de Orçamento examina relatório do PPA

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional vai começar na próxima terça-feira a analisar o relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998. A reunião está marcada para as 18 horas, e, na ocasião, também será examinada a chamada execução acumulada no período de 1996 a 1998.

Na mesma reunião, a comissão deve examinar proposta do deputado João Coser que cria uma sub-

comissão para reformular o sistema de votação do Orçamento. A Comissão de Orçamento deverá votar também o relatório de execução orçamentária da obra de recuperação dos molhes (pedras ou concreto para conter a violência das marés) do Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Na mesma terça-feira, às 15 horas, o colegiado dos relatores do Plano Plurianual referente a 2000/2003 vota os dez relatórios adjuntos em sessão secreta.

## Sérgio Machado defende criação de agência para estimular aviação comercial

Diante da crise da aviação comercial no Brasil, que emprega 35 mil pessoas, o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), defendeu a criação de uma Agência Nacional de Aviação Comercial (Anac) para garantir a competição entre empresas, estimular a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e evitar o monopólio. De acordo com o senador, ficaria a cargo da Anac o controle e a fiscalização do setor.

Segundo Machado, a agência não deve incorporar os órgãos e as atividades inseridos no atual Sistema de Aviação Civil (SAC) e sob o comando da Aeronáutica. Assim, o controle de tráfego aéreo, a navegação, as comunicações aeronáuticas, o treinamento e a formação de pessoal especializado e a regulamentação técnica deveriam continuar a cargo da Aeronáutica.

O senador lembrou que um dos problemas da aviação civil no Brasil é o número elevado de vagas ociosas em vôos de certos horários. A taxa de ocupação limita-se a 60%, dificultando o barateamento do preço das passagens, o que teria influência direta no turismo e na geração de empregos. O senador acredita ser possível aumentar o preço dos bilhetes para pessoas jurídicas, que viajam em horários comerciais, para ba-



Sérgio Machado sugere um planejamento estratégico para tirar o setor da crise

ratear as viagens de lazer, fora desses horários.

É necessário, na opinião de Machado, que o país faça um planejamento estratégico do transporte aéreo nacional, para tirá-lo da crise em que se encontra. “A aviação é de suma importância para a integração do país, o desenvolvimento da economia e o crescimento de setores que tanto dependem dela, como o turismo, que resulta na geração maciça de empregos”, frisou.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou partilhar da preocupação de Sérgio Machado com relação à crise das quatro empresas brasileiras de aviação civil, “todas amargando prejuízos”, e com os empregos que estão ameaçados no setor.

## Livro mostra como proceder em situações de emergência

A Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal, em conjunto com a Subsecretaria de Segurança Legislativa, lançou o livro *Primeiros Socorros*, um manual de informações sobre como proceder em casos de emergência em situações diversas.

O objetivo principal do livro, segundo o coordenador da publicação, Renato Viscardi, é a reunião de informações básicas sobre situações de emergência que possam ocorrer no cotidiano exigindo ação rápida. A atuação nos primeiros socorros consiste no atendimento imediato e provisório prestado à vítima, enquanto se aguarda atendimento médico.

Segundo o manual, em caso de emergência deve-se observar aspectos como alteração ou ausência de respiração; presença de hemorragias da vítima, procurando avaliar seu nível de consciência, localização e grau de dor; capacidade de movimentação e grau de sensibilidade. As ações devem ser tomadas dentro das limitações dos que socorrem, enquanto buscam ajuda capacitada para remoção e tratamento das vítimas.

O livro é uma versão atualizada do manual elaborado pela Coordenação de Treinamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações em 1983.

## Moreira quer transparência nos fundos de pensão

A forma abusiva com que recursos públicos estariam sendo utilizados na administração dos fundos de pensão das estatais foi o tema de discurso do senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele disse que o processo de estatização seguido pelo Brasil



Moreira: "O atual sistema necessita de mais credibilidade e de melhor fiscalização"

entre as décadas de 60 e 80 possibilitou o surgimento de grandes empresas que instituíram fundos de pensão com benefícios demasiadamente generosos para seus empregados.

Segundo Moreira Mendes, muitas distorções, abusos, fraudes e irregularidades ocorreram desde a implantação desse sistema, o que acabou financiando um grande número de operações desastradas ou fraudulentas. Para ele, boa parte da responsabilidade está na legislação que rege os fundos, pois permite que as entidades patrocinadoras fiscalizem e controlem

seus próprios fundos de pensão.

– Não há dúvida de que o atual sistema de fundos de pensão necessita de maior transparência, mais credibilidade, melhor fiscalização, mais tecnologia, melhores procedimentos internos, melhor gerenciamento e

uma legislação mais adequada e mais estável, para que possa cumprir seu papel de gerador de poupança e investimento de longo prazo – sugeriu o senador.

Outro problema apontado por Moreira é o fato de os fundos de pensão terem sido utilizados como instrumentos de política econômica, o que teria desvirtuado seus objetivos e gerado, segundo ele, graves distorções, como desvios de recursos públicos, troca de favores, corrupção, enriquecimento ilícito e envolvimento em operações suspeitas.

## Ademir Andrade cobra punição para o massacre de Eldorado

Senador lamenta recusa dos juízes em presidir julgamento e diz que verdadeiros culpados já foram inocentados por antecipação

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem a demora no julgamento dos policiais responsáveis pela morte de 19 trabalhadores rurais sem terra em Eldorado dos Carajás (PA). Ele disse que o Tribunal de Justiça do Pará vem enfrentando "uma situação difícil e inédita", por não conseguir encontrar um juiz que queira presidir o segundo julgamento (o primeiro foi anulado) dos oficiais da PM acusados pela morte dos sem-terra.

Segundo revelou o senador, o presidente do Tribunal de Justiça reuniu-se recentemente com 15 juízes, mas 13 deles se recusaram a conduzir o julgamento, e os dois restantes, ao que tudo indica, também não devem aceitar. Ademir acrescentou que o presidente do tribunal tentará convencer um dos 24 juízes da área cível e, se o problema persistir, apelará a um dos 45 juízes da primeira entrância, ou aos 70 da segunda, lotados no interior.

Ademir Andrade atribuiu a situação



Para Ademir, governador, secretário de Segurança e comandante da PM foram os principais responsáveis pelo crime

ação a um erro do Poder Judiciário, que, na sua opinião, isentou de culpa antecipadamente os principais responsáveis pelo fato, "ou seja, o governador do estado, o secretário de Segurança Pública e o comandante da Polícia Militar".

– O que ele vai julgar, se quem deu a ordem foi inocentado? A Justiça, nesse caso, teria que voltar atrás e julgar, primeiro, as pessoas que deram a ordem para

o massacre – observou.

O senador Ademir Andrade culpou, ainda, o presidente Fernando Henrique, os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, como responsáveis por fatos como o massacre de Eldorado dos Carajás, ao autorizarem cortes nos recursos orçamentários, "já insignificantes", destinados ao programa de reforma agrária.

## Jucá pede investigação sobre crime organizado em Roraima

Ao destacar a importância dos trabalhos da CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo para que os parlamentares continuem os levantamentos e investigações que tornaram a comissão conhecida em todo o país. O senador louvou a determinação dos integrantes da comissão, que percorreu vários estados levantando

as relações entre policiais, políticos, empresários e o submundo das drogas, o que resultou em várias prisões.

Jucá citou como exemplo as recentes prisões efetuadas em Pernambuco pela CPI, quando o delegado Eduardo Porto, o comissário de polícia Adson Amaral e o empresário Rinaldo Ferraz Lisboa receberam voz de prisão do presidente da CPI, deputado Magno Malta (PTB-ES).

O senador lamentou, no entanto, a não instalação de uma CPI para investigar as atividades do narcotráfico em



Romero Jucá definiu como "estranha" a não instalação de CPI em seu estado

seu estado, Roraima, classificando a decisão como "estranha".

### CORREIOS

Romero Jucá também registrou a realização do seminário "Correios 2010: a reforma postal brasileira", que teve início no último dia 9, no Teatro Sesi da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. No encontro, segundo o senador, foi discutido o novo perfil do sistema postal brasileiro. O esforço de atualização que está sendo feito nessa área, informou, pretende adequar a estrutura dos Correios à iniciativa privada.

## Rocha rebate declarações de governador a respeito da ação do narcotráfico no AP

Em pronunciamento feito ontem, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou contra declarações do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, sobre o envolvimento de autoridades daquele estado com o narcotráfico, incluindo os senadores que representam o estado. "Não vou permitir que o governador tente enlamear meu nome", disse Rocha.

Segundo Sebastião Rocha, João Alberto Capiberibe questionou por que os senadores que representam o Amapá não marcaram uma posição favorável à ida da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico ao estado. "Se eles são contra esses bandidos, eles têm que se posicionar publicamente, porque senão vamos ficar pensando o quê?", teria dito o governador, conforme relato do senador.

Sebastião Rocha disse ter

enviado uma carta esclarecendo sua posição ao governador e lembrou ter feito um discurso no Plenário do Senado, no dia 1º de dezembro do ano passado, pedindo a presença da CPI do Narcotráfico no Amapá.

– O governador Capiberibe pode estar desequilibrado por ter sido citado duas vezes por uma testemunha na CPI do Narcotráfico, acusado de participar de um esquema de corrupção no Amapá junto à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do estado. As afirmações do governador só confundem a

opinião pública. Eu faço uma oposição leal, verdadeira e responsável – afirmou.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) testemunhou a seriedade de Sebastião Rocha e seu compromisso com o Amapá, e disse ter ouvido o discurso do senador pedindo a presença da CPI no estado.

Em outro aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apoiou o discurso de Rocha e testemunhou o trabalho do senador no sentido de livrar o Amapá e o Brasil do narcotráfico.



Sebastião Rocha lembrou discurso no qual pediu a ida da CPI do Narcotráfico ao Amapá

# Senadores repudiam crítica do FMI ao Congresso

Líder do Bloco Oposição considera “intromissão desrespeitosa e intolerável” declaração do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional qualificando o Legislativo brasileiro de “populista”. Outros parlamentares apoiaram a reação

A declaração do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Stanley Fischer, qualificando o Congresso brasileiro de “populista”, foi repudiada ontem pela líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AC). Ela qualificou a atitude de Fischer de “intromissão desrespeitosa e intolerável”. Em aparte, os senadores Sérgio Machado (PSDB-CE), Romero Jucá (PSDB-RR) e Geraldo Lessa (PSDB-AL) se solidarizaram com a oradora e condenaram a declaração.

— Estou aqui refletindo a indignação de muitos parlamentares que defendem a democracia. Nós podemos criticar o Congresso que, em muitas ocasiões, tem deixado de cumprir suas obrigações constitucionais. Mas o FMI não tem autoridade moral nem legitimidade popular para nos criticar, porque colocamos a discussão sobre o salário mínimo, a privatização da Petrobras entre outros, na pauta do Congresso — protestou.

Para Geraldo Lessa, falta competência técnica ao Fundo Mone-



Heloísa Helena observa que o FMI não tem autoridade moral, nem legitimidade, para criticar o Congresso

tário para formular críticas como essa. “Gostaria de saber em que país do mundo o receituário do FMI funcionou de maneira eficaz?” — perguntou. Ele entende que as fórmulas que o fundo propõe para resolver os problemas dos países “são de caráter cruel”.

Sérgio Machado lembrou que o Brasil acabou de pagar, antecipadamente, uma parcela das suas dívidas com o FMI. “Não podemos aceitar que estrangeiros venham criticar as nossas instituições” — afirmou. O senador disse que o Congresso vai continuar procurando realizar o que é bom para o

povo.

Romero Jucá considerou as declarações de Stanley Fischer, além de infundadas, “agressivas à soberania nacional”. O senador disse que, ao discutir seus problemas econômicos com o fundo, o Brasil não está abrindo mão de sua soberania.

Ao final do seu pronunciamento, Heloísa propôs a aprovação de uma nota de repúdio às declarações do diretor-gerente do FMI. Na presidência dos trabalhos, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) também repudiou as declarações de Fischer.

## Viana pede ao Itamaraty que interceda em favor da segurança de brasileiros na Bolívia

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu ao governo federal que, através do Ministério das Relações Exteriores, interceda junto ao governo boliviano para garantir a segurança dos brasileiros que residem naquele país. A Bolívia vive hoje, conforme o senador, um clima de tensão social e violência, com o Exército nas ruas em confronto com a população.

Segundo o senador, atualmente mais de 8 mil famílias de brasileiros têm seus filhos estudando na Bolívia, cujo presidente Hugo Banzer decretou estado de sítio por 90 dias. Tião Viana informou ainda que já encaminhou ofício aos embaixadores dos dois países, pedindo atenção especial para garantir a tranquilidade e a proteção aos civis brasileiros que estão vivendo em território boliviano.

As manifestações na Bolívia foram motivadas pela assinatura de um contrato com um consórcio internacional para a construção de um reservatório de água que custaria 200 milhões de dólares. Tião Viana comentou que, ao pregar a



Tião Viana explica que 8 mil famílias de brasileiros têm filhos estudando na Bolívia, sob estado de sítio

rescisão do contrato com o consórcio integrado por empresas da Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Espanha e da própria Bolívia, os manifestantes estão defendendo um bem fundamental, que é o direito ao saneamento básico e à água.

— A questão tem uma dimensão maior do que um simples problema de ordem política, porque envolve a situação do saneamento básico. É uma situação que demonstra que até nas montanhas andinas, na região de Cochabamba, já existe a presença da violên-

cia dos consórcios internacionais tentando se apropriar de um bem fundamental que é a água e o saneamento básico — observou.

Na avaliação do senador, o discurso de que o contrato com um consórcio internacional para a ampliação do reservatório de água aumentaria a cobertura de saneamento básico desvirtua a realidade. “No fundo esconde uma tentativa de apropriação de um patrimônio e bem estratégico que é a água, que tanto representará nos próximos 30 anos para os países que a detém”, afirmou.

## Suplicy: ACM está aberto a diálogo sobre os problemas dos índios

Em reunião ontem de manhã com lideranças indígenas, relatou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, colocou-se à disposição para dialogar com autoridades federais e estaduais em busca das soluções reclamadas pelos índios para seus problemas.



Suplicy quer colocar em pauta a Resolução 169

Entre as reivindicações das lideranças consta a conclusão do processo de demarcação das terras indígenas, para a qual Suplicy enfatizou a necessidade de colocar em pauta a Resolução 169, da Organização Internacional do

Trabalho (OIT), em tramitação no Senado. Na Câmara, disse ele, por solicitação do deputado petista Aluísio Mercadante, o Estatuto do Índio será reexaminado na próxima terça-feira.

Suplicy relatou que o presidente do Senado ouviu pronunciamentos severos, inclusive dos índios pataxós de Coroa Vermelha de Cabralia (BA). Os pataxós tiveram um monumento erigido para as comemorações dos 500 anos do Descobrimento destruído pela Polícia Militar, segundo o senador, a mando do governador César Borges.

## Reivindicações devem ser expostas de forma pacífica, afirma Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a “Marcha 2000”, que as principais lideranças indígenas promoveram ontem em todo o país. A marcha é uma resposta das comunidades indígenas às comemorações oficiais pelos 500 anos do descobrimento do Brasil.



Jucá reconhece que índios colaboram com entendimento

Para Romero Jucá, essa é uma boa oportunidade para que as lideranças exponham, de forma “pacífica e ordeira”, suas principais reivindicações. O senador entende que, ao agir dentro da lei, os índios estão colaborando para um entendimento produtivo com o restante da sociedade brasileira.

O senador também destacou a

importância das manifestações de outros grupos indígenas, realizadas também ontem, em Roraima, pela demarcação das suas terras. De acordo com o senador, essas mobilizações contribuem para a criação de um saudável clima de debate, que vai permitir o atendimento das reivindicações dos indígenas, ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento sustentável.

Ele requereu à Mesa a transcrição de um artigo publicado nos jornais pela senadora Marina Silva (PT-AC), intitulado “Boas-Vindas”, no qual a senadora também destaca a importância das manifestações nacionais dos indígenas.

## Projeto de Estevão isenta idosos de pagamento de pedágios

Isenção de pagamento de pedágio para idosos e veículos do corpo diplomático é o que propõe o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). O projeto, que se encontra nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, beneficiaria condutores com mais de 65 anos.

O senador mencionou lei que estabelece utilização gratuita de transportes coletivos urbanos, afirmando que a mesma lógica deveria ser aplicada em relação ao pedágio. Segundo o projeto, a condição necessária para a isenção, no caso dos idosos, é de que os veículos sejam, comprovadamente, de propriedade do condutor.

# Maldaner quer rigor com setor farmacêutico

Senador sugere um “grande mutirão de fiscalização” e novas regras para a indústria e o comércio de medicamentos. “A saúde da população não pode ser instrumento de barganha”, afirma

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a necessidade de o governo federal e o Congresso Nacional prepararem toda uma legislação, com regras rígidas e severas, disciplinando as relações da indústria e do comércio farmacêutico com o mercado consumidor do país. Ele considerou a criação da Agência de Vigilância Sanitária um passo importante na defesa dos interesses e da saúde da população e elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela comissão parlamentar de inquérito da Câmara dos Deputados que está investigando

as causas dos aumentos abusivos nos preços dos remédios.

— A saúde da população é um bem muito valioso para que seja transformado em instrumento de barganha. Nos países desenvolvidos, o Estado age com extrema severidade na fiscalização da indústria e do comércio de remédios. Impõe-se ao nosso país se-



Casildo Maldaner considera a criação da Agência de Vigilância Sanitária um passo importante

guir o mesmo caminho, sob pena de estimular atitudes que têm sido praticados contra a saúde da população — comentou Casildo Maldaner.

O senador também sugeriu a realização de um “grande mutirão de fiscalização”, mobilizando, se necessário, estágios de cursos de farmacologia, para acelerar um levanta-

mento técnico sobre os remédios existentes no Brasil, a fim de compor um Cadastro Nacional de Medicamentos.

Outro problema citado por Casildo Maldaner na área de medicamentos no Brasil é a questão das patentes, que se estendem por dez anos, quando o seu prazo normal de validade, segundo o senador, seria de quatro anos. Ele opinou que isso repercute no preço dos remédios, já que, depois que a posse da patente expira, a fórmula passa a domínio público e pode ser fabricada por qualquer laboratório, barateando o custo.



Moreira Mendes considerou insuficientes as informações enviadas ao Senado

## Moreira Mendes exige informações completas sobre BBTUR

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou ontem requerimento de informação à Mesa do Senado exigindo que o Banco do Brasil encaminhe, por intermédio do Ministério da Fazenda, cópias de todas as faturas emitidas a partir de janeiro de 1998 relativas à venda de passagens aéreas e pacotes turísticos por sua subsidiária BBTUR a todos os órgãos e entidades públicas, inclusive o próprio BB.

Moreira Mendes lembrou que já havia apresentado requerimento em termos semelhantes no ano passado, que foi insuficientemente respondido. No ofício encaminhado ao Senado, o BB informou que apenas algumas filiais da BBTUR negociam com órgãos públicos, e que no caso da venda ao BB não há fatura, apenas acertos contábeis. As cópias das faturas não foram fornecidas sob a alegação de que são documentos sigilosos, nos termos da Lei das S.A.

O senador leu nota técnica emitida pela Consultoria de Orçamento do Senado, segundo a qual o conteúdo da resposta ao requerimento é juridicamente equivocado. “É incontestável que a BBTUR segue os preceitos da Lei das S.A. No entanto, como integrante do Conglomerado Banco do Brasil, está sujeita às normas de direito público pertinentes à administração direta”, diz a nota. Moreira Mendes lembrou que a prestação de informações às Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados por ministros de Estado é garantida pela Constituição. O pedido do senador também está embasado no Parecer nº 173, de 1990, aprovado pelo Plenário do Senado.

— Que o ministro não venha alegar sigilo bancário. É preciso ter respeito com esta Casa — disse.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), que presidia a sessão no momento do discurso de Moreira Mendes, afirmou que o Senado vai garantir o cumprimento do preceito constitucional.

## Requião aponta “conexões definitivas” de traficante com governador do Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou ontem o que classificou de “conexões definitivas” do narcotraficante Hissam Hussein Dehaini com o governador do Paraná, Jaime Lerner. “Durante depoimento à CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, Hissam revelou que seu helicóptero trabalhou exclusivamente para Lerner na campanha eleitoral, sem contrato formal e utilizando pilotos como Paulo Nascimento, que era da Casa Militar do governo paranaense e estava licenciado”, ressaltou.

Segundo Requião, esses fatos não chegam à opinião pública porque o governador domina a mídia do estado, gastando R\$ 500 milhões em propaganda, em quatro anos.

— Este é o quadro de corrupção no Paraná: o governo desaba, o banco estadual foi roubado e será pri-



Segundo Roberto Requião, “o FMI comanda a economia”

nunciou corrupção no governo paranaense. “O senador esperou que eu saísse do Plenário para ler uma carta de Lerner contestando minhas acusações. Eu já estava em casa, mas voltei ao Plenário para responder. Se o senador desejar repetir a defesa do governador, espero que ele escolha um dia em que eu esteja em Plenário”, enfatizou.

Requião contestou as críticas que recebeu sobre a linguagem usada durante a discussão com Napoleão

em Plenário. “Usar palavras duras quando estamos tomados por emoção e indignação não é falta de decoro parlamentar, seja no Brasil, na Inglaterra ou na França. Falta de decoro é aprovar o nome de Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central, quando no próprio Senado funcionou a CPI dos Bancos, que a incriminou

em quatro tipos penais”, disse.

O senador protestou, ainda, contra a medida provisória que permite aos bancos cobrar juros sobre juros. “O governo está pauperizando a população, aprova R\$ 151 de salário mínimo e dá tudo aos banqueiros. O FMI comanda a economia, enquanto a imprensa nacional silencia. A nós, do Senado, resta a valorosa TV Senado, que envia informação clara e isenta aos pequenos jornais, rádios e TVs do país”, concluiu.

## Para Geraldo Cândido, conta-pagamento padrão pode evitar abusos

Autor de projeto que cria a conta-pagamento padrão, Geraldo Cândido (PT-RJ) defendeu ontem sua proposta como instrumento para evitar a “ganância tarifária” do sistema bancário, que, a seu ver, tem imposto cobranças abusivas aos clientes compulsórios, cuja abertura de conta foi feita pelo órgão ou



Geraldo Cândido pretende evitar abusos nas tarifas bancárias

empresa pagadora. Isso se deve, na opinião do senador, ao despreparo e ineficiência do sistema bancário para manter-se superavitário em situação de inflação baixa.

— Acostumados a obter altos lucros com a inflação, os banqueiros pressionaram o governo e conquistaram, além do Proer, a Resolução 2.303 do Banco Central, que permitiu a cobrança indiscriminada de tarifas — afirmou.

Sob exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto recebeu substitutivo do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), que não modificou a essência da proposta, informou Geraldo Cândido.

A importância do tema pôde ser verificada, segundo o senador, em audiência pública na CAE, quando Sérgio Darcy da Silva Alves, diretor do Banco Central, divulgou a intenção de propor, em reunião do Conselho Monetário Nacional, uma resolução com o mesmo conteúdo.

Na audiência, o diretor disse que

pertence ao Banco Central e ao CMN a prerrogativa de legislar sobre o assunto, que teria sido delegada pelo Congresso Nacional através da Lei nº 4.595/64. Geraldo Cândido considera, no entanto, que o artigo 48 da Constituição assegura ao Congresso a competência de legislar sobre o tema, e solicitou a inclusão do projeto na pauta de votações do Plenário.

PELÉ

Ao comentar recente declaração de Pelé, afirmando ter vergonha do que está acontecendo com o país, pelas denúncias de corrupção, Cândido disse preferir acreditar que a afirmação representa “uma tomada de consciência e uma mudança de posição”. Observou, porém, que Pelé não deve ter vergonha do Brasil, “mas de sua classe dirigente”.

Para Cândido, as denúncias recentes evidenciam uma degeneração do aparelho estatal brasileiro, sintoma da crise generalizada do modelo econômico e da barbárie vivenciada pela sociedade.

— As diferentes categorias não têm mais compromissos com as regras da sociedade e partem para o vale-tudo: os mais pobres recorrem à violência, à prostituição e ao narcotráfico; os mais ricos tratam de abocanhar o máximo de dinheiro público que podem — afirmou.

# Mundo confia mais no Brasil, diz Suassuna

Para o senador, ambiente favorável ao país ficou evidente durante encontro do BID em Nova Orleans. Ele afirma que pagamento antecipado da dívida com o FMI foi sinal altamente positivo para a comunidade econômica



Mozarildo: decisão é uma conquista da região Norte, aguardada há muitos anos

## Curso de Medicina em Roraima obtém registro do MEC

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) elogiou ontem o reconhecimento do curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima pelo Ministério da Educação (MEC). Para ele, o registro no MEC é uma conquista da região Norte, que luta há muitos anos para formar seus próprios médicos, já que é muito difícil recrutar profissionais nos grandes centros do Sudeste e do Sul.

Com o registro do curso de Roraima, obtido seis anos depois do início das suas atividades e no momento em que se forma a primeira turma, chega a quatro o número de escolas de medicina na região Norte – duas outras funcionam no Pará e uma no Amazonas. Segundo Mozarildo, ainda há muito a fazer até que melhore o quadro de concentração dos centros de ensino avançado nas regiões mais desenvolvidas:

– Cada estado deveria ter o seu próprio curso – disse o senador.

Mozarildo reconheceu que nem todos os médicos formados na Amazônia ficam na região, mas o longo convívio com a realidade daquela área, e o conhecimento alcançado sobre as doenças ali mais recorrentes, funcionam como fortes fatores de permanência. Além disso, conferem aos profissionais que estudam nas universidades amazônicas maior capacitação para lidar com os doentes que chegam aos hospitais e consultórios.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) registrou ontem o clima de confiança da comunidade financeira internacional no Brasil, citando o recente encontro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Nova Orleans (EUA), onde, segundo ele, havia um ambiente muito favorável ao país:

– Foi impressionante: nunca vi tanta confiança – afirmou o parlamentar.

Suassuna destacou o pagamento antecipado, pelo Brasil, de US\$ 8 bilhões do empréstimo emergencial de US\$ 40 bilhões contraído junto ao Fundo Monetário Internacional e outros países, afirmando que o cumprimento antecipado de compromissos aumenta a credibilidade externa do país “e comprova, assim, o acerto da equipe econômica”:

– Por isso eu, que sou o primeiro a fazer críticas, quero ser o primeiro a fazer os elogios: a equipe econômica está acertando – disse ele, ressaltando que, agora, é preciso melhorar as estradas e o acesso da população à saúde e à



Suassuna elogiou atuação da equipe econômica, mas ressaltou que agora é preciso investir mais em infra-estrutura, em saúde e em educação.

educação.

Suassuna, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, destacou o acerto das “medidas drásticas” tomadas após o início da crise da Ásia, tão criticadas pela oposição. Segundo ele, as “vacinas” aplicadas evitaram maiores prejuízos no ataque dos megaespeculadores à moeda nacional.

No âmbito interno, disse Suassuna, a crise econômica mundial

acarretou o fim da irresponsabilidade no gerenciamento das finanças públicas. O senador lembrou o apoio dado pelo Congresso Nacional na “construção do arcabouço legal necessário a isto, como a votação da Lei de Responsabilidade Fiscal e das reformas administrativa e previdenciária, além da tributária, que ainda será votada”.

Para o senador, a Lei de Responsabilidade Fiscal irá coibir abusos hoje existentes, como a destinação, por alguns estados, de até 22% de suas receitas para o Poder Judiciário e até 5% para os tribunais de Contas.

Suassuna informou que se reuniria ainda ontem com os governadores de Santa Catarina, Piauí e Alagoas e representantes do governo para consolidar o refinanciamento das dívidas desses estados. Segundo o senador, até a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estimou para daqui a 18 dias, não haverá mais nenhum refinanciamento de dívida estadual pendente.

## Wilson saúda nova lei que garantirá a austeridade na administração pública

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) saudou ontem a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada recentemente pelo Senado Federal. De acordo com o parlamentar, ela vem atender à exigência da sociedade brasileira de “um instrumento que regule a ação da administração pública em todos os níveis”. Trata-se, segundo ele, de “uma das mais importantes leis que o Congresso aprovou nos últimos anos”.

Carlos Wilson disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal é um “importante passo para sinalizar ao exterior que o Brasil se torna uma opção segura de investimento sustentável”. A opinião do PPS, afirmou, é que a austeridade fiscal deveria ter sido sempre a prática obrigatória:

– Estamos convictos que a austeridade é uma obra que se constrói no dia-a-dia das contas públicas – disse o senador, acres-

centando que “o alicerce desta construção tem de ser a lei, porque a sociedade não consegue mais pagar as contas da irresponsabilidade”.

Falando da tribuna do Plenário, Carlos Wilson lembrou que em anos eleitorais, como o atual, foram iniciadas inúmeras obras que são hoje esqueletos

inacabados, monumentos ao desperdício.

Para o senador, a nova lei não mais irá permitir que interesses individuais e partidários se ponham acima dos interesses da população. Ele expressou o desejo de que a nova lei seja brevemente sancionada pelo presidente da República, proibindo o mau uso do dinheiro público.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que análises como as de Carlos Wilson são raras no Senado. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) parabenizou Carlos Wilson pela oportunidade de seu pronunciamento.



Wilson: a austeridade é uma obra que se constrói no dia-a-dia



Hartung argumenta que ainda não foram fixadas regras para fiscalizar futuro concessionário

## Hartung critica privatização em Manaus

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) criticou ontem a decisão do governo de privatizar a Companhia de Águas e Esgotos de Manaus (AM), com 50% de financiamento pelo BNDES. Segundo o senador, o governo federal está sendo precipitado ao privatizar todo o saneamento da capital do Amazonas sem antes criar mecanismos de controle e sem regulamentar claramente o serviço.

De acordo com Hartung, além da regulamentação, o governo tem que levar em conta, por exemplo, as dívidas, a saúde financeira e o compromisso das futuras operadoras com o meio ambiente. Todos esses cuidados foram tomados na recente privatização dos serviços de água e esgoto nos estados do Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, também com 50% de financiamento do BNDES:

– Quero alertar que o governo está prestes a cometer um grave equívoco ao iniciar o processo de privatização do saneamento em Manaus sem resolver esses problemas. Nós podemos caminhar para um caos absoluto em um setor que é fundamental para a vida, que mexe com a saúde de toda a população – advertiu Paulo Hartung.

## Descobrimento do Brasil, música, teatro e política na TV Senado

A TV Senado apresenta amanhã e domingo, às 10h30 e às 16h30, um programa especial sobre o descobrimento do Brasil, com depoimentos de historiadores e representantes da etnia brasileira, como índios e negros.

Também amanhã e domingo, às 11h e 23h, será apresentada entrevista inédita do jornalista Fernando Cesar Mesquita com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso.

No Espaço Cultural da TV Senado está programado um show de jazz com o músico Solon Fishbone e Los Cobras. O show, gravado pela TV Senado no Gate's Pub Festival de Brasília, tem a participação da banda formada por

Ricardo Siviero, Fernando Peters e Alex de Souza. O programa vai ao ar amanhã e domingo, às 14h30.

O *Theatro Arthur Azevedo* apresenta ainda o show *Carlinhos Veloz Acústico*, gravado no Maranhão. O músico canta ao som de piano, violino, violoncelo, violão, baixo e percussão. Constam do repertório 18 músicas do primeiro e do segundo disco do artista, além de composições e regravações. *Carlinhos Veloz Acústico* será apresentado amanhã e domingo, às 21h30.

A TV Senado apresenta às 17h de amanhã e domingo também o programa *Revista Brasília*, que traz uma entrevista com o jornalista e escritor Luiz

Gutemberg. No quadro *O Outro Lado do Poder*, o senador Tião Viana (PT-AC), que é médico e está cursando doutorado em Medicina na Universidade de Brasília, fala do seu amor pela cidade. O programa mostra ainda alguns locais tradicionais da capital, como a Pastelaria Viçosa, na Rodoviária, e a Pizzaria Dom Bosco, na Asa Sul.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fala à TV Senado sobre projeto de sua autoria que cria a conta-pagamento padrão, destinada exclusivamente ao pagamento de salários, com custos de manutenção sob a responsabilidade do empregador. A entrevista vai ao ar hoje, às 7h30 e às 20h30.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

6h30 — *Cidadania*: Senador Artur da Távola e o deputado Aldo Rebelo falam sobre língua portuguesa e soberania.  
7h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre as tarifas bancárias  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Grandes Navegações  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após: Comissão Mista do Salário Mínimo — audiência com o ministro Martus Tavares e a votação do relatório (gravado)  
13h30 — *Debate*: Sen. Ney Suassuna e o cineasta Wladimir de Carvalho falam sobre o cinema paraibano  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos  
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão  
19h30 — *Cidadania*: Senador Lauro Campos e Carlos Heck, presidente do Iphan, falam de Brasília, patrimônio da humanidade  
20h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre as tarifas bancárias  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Consulta Marcada*: Dra. Rita Mendes fala sobre a fibrose cística  
22h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: Show "Natural do Rio de Janeiro", de Zé Renato  
0h — *Redescobrimdo*: Descobrimento do Brasil

### SÁBADO

1h — *Debate*: Senador Ney Suassuna e o cineasta Wladimir de Carvalho falam sobre o cinema paraibano  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Respiração II  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó  
3h30 — *Entrevista*: Senador José Alencar fala sobre a poluição ambiental  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Respiração II  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Deficiência Mental 5: Passagem para a adolescência  
5h30 — *Redescobrimdo*: Descobrimento do Brasil  
6h55 — *Senado em Pauta*  
6h — *Cores do Brasil*: Turismo em Natal  
6h30 — *Agenda Econômica*: Synésio Costa, presidente da Abrinq, fala sobre a abertura de mercado  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre o desenvolvimento do Brasil  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Deficiência mental 6: Vida adulta e cidadania  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *ABD no Ar*: A Volta da Lei do Curta 2  
9h55 — *Senado em Pauta*  
9h30 — *Consulta Marcada*: Dra. Rita Mendes fala sobre a fibrose cística

10h30 — *Especial*: Descobrimento do Brasil  
10h55 — *Senado em Pauta*  
11h — *Entrevista Especial*: Ministro Carlos Velloso, presidente do STF  
11h55 — *Senado em Pauta*  
12h00 — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista*: Senador Mozerildo Cavalcanti fala sobre a demarcação das terras indígenas em Roraima  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Goiás Velho  
13h30 — *Agenda Econômica*: Synésio Costa, presidente da Abrinq, fala sobre a abertura de mercado  
14h30 — *Espaço Cultural*: Show de Solon Fishbone  
15h55 — *Senado em Pauta*  
16h — *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos  
16h30 — *Especial*: Descobrimento do Brasil  
16h55 — *Senado em Pauta*  
17h — *Revista Brasília*  
18h — *TV Escola* — O que acontece quando lemos  
18h30 — *Entrevista Especial*: Célia Corsino, diretora do Iphan, fala sobre o Museu Aberto do Descobrimento  
18h55 — *Senado em Pauta*  
19h — *ABD no Ar*: A Volta da Lei do Curta 2  
19h25 — *Senado em Pauta*  
19h30 — *Debate*: Senador Ney Suassuna e o cineasta Wladimir de Carvalho falam sobre o cinema paraibano  
20h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre as tarifas bancárias  
20h55 — *Senado em Pauta*  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: Show "Carlinhos Veloz Acústico"  
22h55 — *Senado em Pauta*  
23h — *Entrevista Especial*: Ministro Carlos Velloso, presidente do STF  
23h55 — *Senado em Pauta*  
0h — *Especial*: Descobrimento do Brasil

### DOMINGO

0h30 — *Entrevista Especial*: Célia Corsino, diretora do Iphan, fala sobre o Museu Aberto do Descobrimento  
0h55 — *Senado em Pauta*  
1h — *Cidadania*: Senador Artur da Távola e o deputado Aldo Rebelo falam sobre língua portuguesa e soberania  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Respiração 3  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
3h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre as tarifas bancárias  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Respiração 3  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Deficiência mental 6: Vida adulta e cidadania  
5h30 — *Especial*: Descobrimento do Brasil  
6h — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão  
6h25 — *Senado em Pauta*  
6h30 — *Debate*: Senador Roberto Freire e a deputada Zulaide Cobra falam sobre o nepotismo  
7h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre a prestação de contas das obras públicas  
7h55 — *Senado em Pauta*

8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — O que acontece quando lemos  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *ABD no Ar*: A Volta da Lei do Curta  
9h30 — *Consulta Marcada*: Dra. Rita Mendes fala sobre a fibrose cística  
10h30 — *Especial*: Descobrimento do Brasil  
10h55 — *Senado em Pauta*  
11h — *Entrevista Especial*: Ministro Carlos Velloso, presidente do STF  
12h00 — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre o desenvolvimento do Brasil  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Cores do Brasil*: Foldore Goiano  
13h30 — *Debate*: Senador Ney Suassuna e o cineasta Wladimir de Carvalho falam sobre o cinema paraibano  
14h25 — *Senado em Pauta*  
14h30 — *Espaço Cultural*: Show de Solon Fishbone  
15h55 — *Senado em Pauta*  
16h — *Entrevista*: Senador Mozerildo Cavalcanti fala sobre a demarcação das terras indígenas em Roraima  
16h30 — *Especial*: Descobrimento do Brasil  
17h55 — *Senado em Pauta*  
17h — *Revista Brasília*  
17h55 — *Senado em Pauta*  
18h — *TV Escola* — Grandes Navegações  
18h30 — *Especial*: Célia Corsino, diretora do Iphan, fala sobre o Museu Aberto do descobrimento  
18h55 — *Senado em Pauta*  
19h — *ABD no Ar*: A Volta da Lei do Curta 2  
19h25 — *Senado em Pauta*  
19h30 — *Agenda Econômica*: Synésio Costa, presidente da Abrinq, fala sobre a abertura de mercado  
20h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Lessa fala sobre a poluição ambiental  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: Show "Carlinhos Veloz Acústico"  
22h55 — *Senado em Pauta*  
23h — *Entrevista Especial*: Ministro Carlos Velloso, presidente do STF  
23h55 — *Senado em Pauta*  
0h — *Revista Brasília*

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

### RÁDIO SENADO

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e Informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

# Tuma cobra aplicação do programa de proteção para testemunhas

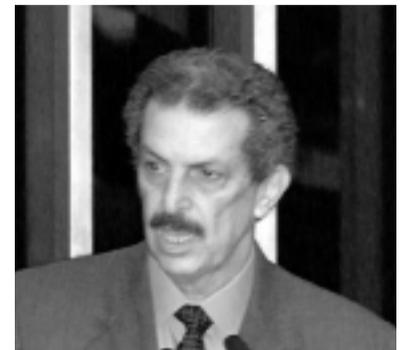
Senador cita como exemplo EUA, que combatem o crime usando esta estratégia

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou ontem a importância dos cuidados tomados por alguns países na proteção de testemunhas e vítimas do crime organizado. Como exemplo, ele anunciou a morte por causas naturais do mafioso italiano Tommaso Buscetta, preso no Brasil na época em que Tuma estava à frente da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo:

— A prisão de Buscetta, mafioso "arrependido", redundou, a partir de 1987, em 19 prisões perpétuas para chefes mafiosos, além de um total de 2.665 anos de encarceramento para 475 de seus quadrilheiros. Constituiu o primeiro golpe, quase mortal, naquela organização criminosa centenária e logo depois na congênera norte-americana, a Cosa Nostra — afirmou.

Tuma citou como exemplo os cuidados dedicados pelo governo dos Estados Unidos à proteção de vítimas e testemunhas. Lembrou que os norte-americanos contam com mais de 9 mil organizações não-governamentais que se dedicam a garantir assistência e apoio diretos a vítimas de crimes. Além disso, destacou, o governo de Washington prevê gastar este ano até US\$ 110 milhões na proteção de testemunhas ameaçadas.

O senador Romeu Tuma lembrou que em julho do ano passado foi sancionada a Lei de Proteção de Testemunhas no Brasil, mas que o programa "continua capengando". Na opinião do senador, na prática, atuar como testemunha judicial no Brasil pode ser pior do que figurar como



Tuma: lei foi sancionada em julho passado, mas programa continua "capengando"

réu num processo. O país prevê gastar este ano até R\$ 1,13 milhão na proteção de testemunhas.

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu a necessidade de se mudar o enfoque da questão do narcotráfico, que ele considera limitado a responsabilizar os países produtores de droga, como os da América Latina. "De outra forma, os países da América Latina serão sempre o quintal devassado do mundo do crime. No combate ao narcotráfico apenas do ponto de vista da oferta, a América do Sul está condenada a grande gasto de energia e desestruturação social", disse.

O senador Tião Viana (PT-AC) lembrou a situação do Acre, onde a violência é um problema grave, e onde o crime organizado é uma força poderosa. Mas Vianna recordou que o Acre tem "a ousadia de enfrentar o narcotráfico". O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sugeriu o nome de Tuma para ministro da Justiça. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), em aparte, apoiou o discurso de Tuma.

## Senador lembra vida e obra de jornalista libanesa de SP

O senador Romeu Tuma homenageou, em discurso, a memória da jornalista Mariana Dabul de Fajuri, cujo centenário de nascimento se comemorou ontem. O senador destacou a importância da jornalista para a comunidade árabe de São Paulo. A data mereceu a publicação de uma edição especial da revista *Chams*, fundada por Mariana Fajuri, em 1991.

A jornalista, conforme o relato de Tuma, nasceu em 1899, no Lí-

bano, emigrou aos 29 anos para Cuba, viúva com três filhos, passou pela Argentina, Estados Unidos e se casou novamente, já vivendo no Brasil, país onde fundou, em 1954, a revista *Etapas*, rebatizada mais tarde como *Chams*. Para o senador, tal biografia dá idéia do que representou a vida exemplar da jornalista:

— Suficiente para inspirar e animar todos os que buscam concretizar os próprios sonhos — disse.

## Ernandes Amorim pede seriedade na aplicação de recursos públicos federais

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que, após a aprovação do Orçamento Geral da União, a sociedade deve exigir dos gestores do dinheiro público eficiência e seriedade na sua aplicação. Ele disse que o Executivo, ao reduzir os recursos da União destinados às áreas essenciais, está colaborando para expor a má utilização das verbas oficiais.

— Somada à inegável insuficiência de dinheiro para áreas básicas como educação, saúde e segurança, as perdas de recursos públicos desde a liberação até o destino final agravam ainda mais um quadro de dificuldades generalizadas — declarou o senador.

Ele lembrou que os recursos públicos são provenientes, em sua maior parte, da contribuição de impostos dos trabalhadores brasileiros, que são, em sua opinião, os únicos que pagam impostos. Amorim endossou recente declaração do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, segundo a qual os banqueiros não pagam



Ernandes Amorim: "A sociedade precisa aprender a fiscalizar e valorizar cada centavo liberado"

impostos, assim como as grandes empresas e a elite empresarial.

— Quem paga essa conta é o coitado do trabalhador, que não tem moradia, escola e saúde, enquanto os potentados vivem em seu castelos, iates ou em suas fazendas, gozando das benesses de uma política perversa. Mais do que nunca, a sociedade precisa aprender a fiscalizar e valorizar cada centavo liberado para investimento público — concluiu.

## Alcântara anuncia incremento das atividades do Sesc-CE

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou a inauguração do novo edifício do Serviço Social do Comércio (Sesc) em Fortaleza (CE). Denominado Petrônio de Aguiar Andrade, em homenagem a um líder empresarial do estado, a nova sede do Sesc projeta para este ano um incremento de 13,5% em suas atividades.

Alcântara disse que a nova estrutura física permitirá melhorar o atendimento aos idosos que procuram a instituição "pelas variadas atividades oferecidas". Além disso, a construção do Teatro Emiliano Queiroz, com 184 lugares, "promete transformar o Sesc-CE em um dos pólos culturais da cidade, como acontece com o Sesc-SP", afirmou.

De acordo com Alcântara, foram habilitados no Ceará, no ano passado, 56.795 associados, entre comerciários e seus dependentes. Foram registrados mais de 2.907 atendimentos na instituição. "Em todo o Brasil, o número de matri-



Alcântara: novo prédio ajudará Sesc-CE a se tornar um dos maiores pólos culturais de Fortaleza

culados é de 2 milhões, com 245 milhões de atendimentos", afirmou o parlamentar.

Segundo o senador, os investimentos nas novas instalações foram superiores a R\$ 1,5 milhão e contaram com a participação financeira do Departamento Regional de Recursos do Departamento Nacional do Sesc.

## Para Tião Viana, Senado faz justiça a auditores do SUS

Emenda do senador, aprovada com 54 votos, garantirá à categoria critérios mais rígidos para a demissão por desempenho insuficiente

Emenda de Plenário do senador Tião Viana (PT-AC) ao projeto de lei que trata da demissão de servidores públicos por insuficiência de desempenho poderá permitir que os auditores do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam incluídos entre os integrantes de carreiras exclusivas de Estado. Nessa condição, estarão mais protegidos contra a dispensa, que só ocorrerá mediante processo administrativo e depois de o servidor receber três conceitos sucessivos de desempenho insuficiente.

A emenda de Tião Viana foi aprovada ao final da votação do projeto, na última quarta-feira, depois de defesa feita pelo senador. Foram dados 54 votos a favor da inclusão de mais uma carreira entre aquelas exclusivas de Estado.

— Temos de reconhecer que estaríamos cometendo profunda injustiça, uma vez que os auditores do SUS, com o seu trabalho, recuperam recursos que podem ser investidos pelo governo na melhoria do atendimento à população — disse o senador Tião Viana, acrescentando que, somente no ano passado, a categoria conseguiu evitar a perda de mais de R\$ 28 milhões que iriam ser utilizados indevidamente ou irregularmente.



Viana disse que o auditor do SUS é tão essencial ao Ministério da Saúde quanto o auditor da Receita para o Ministério da Fazenda

O integrante de carreira exclusiva não poderá ser demitido antes de avaliação por comissão composta de servidores da mesma carreira ou categoria, e ser submetido a treinamento em escolas do governo. Além disso, poderá apresentar recurso especial ao chefe do poder a que estiver vinculado — no caso dos servidores do SUS, o

presidente da República.

Esse trabalho de controle, avaliação e auditoria foi reconhecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como fundamental para melhorar a capacidade de investimento do governo, segundo Tião Viana. O senador lembrou que o próprio Ministério da Saúde vem reconhecendo oficialmente os auditores como uma carreira essencial ao Estado, da mesma maneira que o Ministério da Fazenda reconhece os auditores da Receita Federal e os da área de seguros privados.

## Carlos Bezerra faz críticas à vinculação dos representantes comerciais ao regime do FGTS

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) manifestou-se contra a possível aprovação de dois projetos que regulamentam a atividade de representação comercial. Um dos projetos vincula a categoria ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o outro deixa em aberto o estabelecimento do foro para a solução de eventuais controvérsias entre esses profissionais e as empresas representadas.

A posição do parlamentar baseou-se em ofício enviado a ele pelo Conselho Regional de Representantes Comerciais de Mato Grosso (Comerac), solicitando esforço no sentido de impedir a aprovação dos projetos, que, na ótica do órgão, trariam prejuízos à categoria.



Bezerra também é contra deixar em aberto o foro para solução de controvérsias envolvendo representantes comerciais

Bezerra argumenta que a única situação definida pela lei para a participação no FGTS são as relações de vínculo empregatício, que não se aplicam à representação comercial. "Nenhum ma-

labarismo legislativo pode contornar essa restrição sem recair em contradição e incoerências totais", afirmou.

No caso do projeto que deixa em aberto o foro para resolução de questões judiciais, o senador afirma que a proposta abre às grandes empresas a possibilidade de pressionarem os representantes a aceitarem o foro determinado pelas companhias. "Os representantes teriam o ônus de se defender judicialmente longe de seu domicílio", argumenta.

O senador defendeu a caracterização legal dos representantes comerciais como microempresas. A proposta, uma reivindicação do Comerac, já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e torna tais profissionais titulares de direitos especiais conferidos pela legislação.